

Apoios Financeiros

22. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 1.439,10€ (mil quatrocentos e trinta e nove euros e dez cêntimos), para apoio na melhoria das condições de acesso ao parque canino da Azenha.”;
- b) União de Freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de 7 674,40€, para apoiar as “Pequenas intervenções de impermeabilização e pintura na EB1 de Lomar”;
- c) União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, no valor de 5 445,22€, para apoiar a “Colocação de cortinas de palco no edifício “Centro Cultural Cabreiros”;
- d) União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, no valor de 11 169,03€, para apoiar a “Requalificação do Polidesportivo de Cabreiros”;
- e) Junta de Freguesia de Tebosa**, no valor de 10 947,00€, para apoiar o “Honorários/Projeto - Requalificação urbana para a construção do parque de estacionamento da Capela da Sr.ª do Campo”;
- f) União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 20 295,00€, para apoiar o “Projeto - Requalificação do edifício “Vivo Local” de Lamações”;

- g) **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no valor de 20 756,25€, para apoiar os “Honorários/Projeto - Ampliação do Cemitério da Freguesia de Trandeiras”;
- h) **União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 17 959,27€, para apoiar as “Obras de conservação no Cemitério de Vimieiro”;
- i) **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 14 726,26€, para apoiar o “Espaço de Lazer na bifurcação da Rua de Penouços com a Rua do Medronheiro – Nogueira”;
- j) **União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos**, no valor de 3 754,21€, para apoiar a “Substituição de árvores na Rua S. Sebastião - Frossos”.

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

Nº Informação: 60421

Data: 18/06/2024

Processo :2024/300.40.503/1082

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Assunto: Acesso ao parque canino da Azenha – União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações** solicitou o apoio financeiro desta Câmara Municipal para os trabalhos de melhoria do acesso ao parque canino da Azenha.

Considerando que os recintos para recreio canino, valorizam a qualidade de vida dos animais, uma vez que, um cão bem-educado e treinado em obediência básica é um animal com autocontrolo e com regras permitindo assim o convívio com outros animais e pessoas.

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações no valor de 1.439,10€ (mil quatrocentos e trinta e nove euros e dez cêntimos).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações.**

Braga, 18 de junho de 2024

O vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga,

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: HONORÁRIOS/PROJETO - REQUALIFICAÇÃO URBANA PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA CAPELA DA SR^a DO CAMPO - TEBOSA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **TEBOSA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **Honorários/Projeto - Requalificação urbana para a construção do parque de estacionamento da Capela da Sr.^a do Campo** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **10 947,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de TEBOSA no valor de 10 947,00€ (dez mil, novecentos e quarenta e sete euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 6 568,20€ (seis mil, quinhentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos);
- b) Em 2025, um valor de 4 378,80€ (quatro mil, trezentos e setenta e oito euros e oitenta cêntimos).

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

Braga, 12 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Aditamento/Reforço de Verba

ASSUNTO: Reforço De Verba – Requalificação do Polidesportivo de Cabreiros

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Cabreiros e Passos (S. Julião)** no valor de **46 570,68€** para a **Requalificação do Polidesportivo de Cabreiros**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Cabreiros e Passos (S. Julião)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reforço de Verba - Requalificação do Polidesportivo de Cabreiros**, investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 11 169,03€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião) no valor de 11 169,03€ (onze mil, cento e sessenta e nove euros e três cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 11 169,03€ (onze mil, cento e sessenta e nove euros e três cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Cabreiros e Passos (S. Julião)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Cabreiros e Passos (S. Julião)**.

Braga, 12 de Julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE CORTINAS DE PALCO NO EDIFÍCIO “CENTRO CULTURAL CABREIROS”

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de cortinas de palco no edifício “Centro Cultural Cabreiros”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **5 445,22€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO) no valor de 5 445,22€ (cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos) de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 5 445,22€ (cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

Braga, 12 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: PEQUENAS INTERVENÇÕES DE IMPERMEABILIZAÇÃO E PINTURA NA EB1 DE LOMAR

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **Pequenas intervenções de impermeabilização e pintura na EB1 de Lomar** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **7 674,40€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de LOMAR E ARCOS no valor de 7 674,40€ (sete mil, seiscientos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 7 674,40€ (sete mil, seiscientos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

Braga, 12 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: HONORÁRIOS/PROJETO - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA FREGUESIA DE TRANDEIRAS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MORREIRA E TRANDEIRAS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **Honorários/Projeto - Ampliação do Cemitério da Freguesia de Trandeiras** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **20 756,25€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS no valor de 20 756,25€ (vinte mil, setecentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 12 453,75€ (doze mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e setenta e cinco cêntimos);**
- b) Em 2025, um valor de 8 302,50€ (oito mil, trezentos e dois euros e cinquenta cêntimo).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

Braga, 15 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: PROJETO - REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO "VIVO LOCAL" DE LAMAÇÃES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Projeto - Requalificação do edifício "Vivo Local" de Lamações** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **20 295,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 20 295,00€ (vinte mil, duzentos e noventa e cinco euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 12 177,00€ (doze mil, cento e setenta e sete euros);**
- b) Em 2024, um valor de 8 118,00€ (oito mil, cento e dezoito euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 15 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: OBRAS DE CONSERVAÇÃO NO CEMITÉRIO DE VIMIEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **Obras de conservação no Cemitério de Vimieiro** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **17 959,27€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO no valor de 17 959,27€ (dezassete mil, novecentos e cinquenta e nove euros e vinte e sete cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 17 959,27€ (dezassete mil, novecentos e cinquenta e nove euros e vinte e sete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**.

Braga, 16 de julho 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: ESPAÇO DE LAZER NA BIFURCAÇÃO DA RUA DE PENOUÇOS COM A RUA DO MEDRONHEIRO – NOGUEIRA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Espaço de Lazer na bifurcação da Rua de Penouços com a Rua do Medronheiro – Nogueira** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **14 726,26€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 14 726,26€ (catorze mil, setecentos e vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos) de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 14 726,26€ (catorze mil, setecentos e vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos.**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 16 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES NA RUA S. SEBASTIÃO - FROSSOS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Substituição de árvores na Rua S. Sebastião - Frossos** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 745,21€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS no valor de 3 745,21€ (três mil, setecentos e quarenta e cinco euros e vinte e um cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 3 745,21€ (três mil, setecentos e quarenta e cinco euros e vinte e um cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

Braga, 16 de julho de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)